A lentidão da Justiça e da comunicação social

Francisco Teixeira da Mota
Escrever Direito

O que é feito da famosa lista de jornalistas avençados pelo BES revelada pelo *Expresso*?

A divulgação das mais de 4000 páginas da acusação do caso BES provocou inúmeras reacções e tomadas de posição públicas. Para além das reacções dos directamente interessados no caso, como foi o caso da defesa de Ricardo Salgado que veio sossegar a opinião pública confirmando que *"não houve lesados enquanto ele esteve no BES"*, muitos dos comentários prenderam-se com a lentidão da Justiça.

Na verdade, a Justiça, embora não possa ser, por natureza e dever de ofício, demasiado célere, em alguns casos exagera. E no caso BES não há qualquer dúvida que cerca de seis anos para deduzir uma acusação é, à partida, chocante. Mas quem se dedicar a ler as tais mais de 4000 páginas da acusação rapidamente chegará à conclusão que a matéria-prima é riquíssima, muitíssimo complexa e, naturalmente, impossível de ser investigada com consistência num curto espaço de tempo. E, como é sabido, muitas pistas e indícios não puderam ser confirmados por falta de colaboração das autoridades de diversos países.

Embora em toda a acusação os *Panama Papers* nunca sejam referidos, ninguém duvida da contribuição da fuga de documentação do escritório de advogados panamianos Mossack Fonseca, para a descoberta/confirmação de muitos factos relevantes que constam agora da acusação. Como referia o jornal *Expresso*, em Setembro de 2016, pelo teclado de Pedro Santos Guerreiro, *"foi o cruzamento de informação dos 'Panama Papers' com a investigação ao caso GES que nos permitiu conseguir que Zeinal Bava confessasse ter recebido 18,5 milhões de euros do 'saco azul', que justificou como sendo um empréstimo. Também o nome de Manuel Pinho foi revelado, pelo jornal 'Público'. E foi esse trabalho que conseguiu fazer com que Hélder Bataglia revelasse ao Expresso que houve dinheiro do caso Sócrates que veio do 'saco azul', assim ligando o caso GES à 'Operação Marquês', o que está neste momento em investigação no Ministério Público"*.

Certo é que, passados quase quatro anos deste texto, já temos a acusação do caso BES e já se encontra concluída a instrução – apenas a aguardar a decisão final – da *Operação Marquês*, em que a informação dos *Panama Papers* foi particularmente relevante. Ora, se se costuma dizer que, por oposição à lentidão do tempo da Justiça, a comunicação social tem o tempo do imediatismo, a verdade é que, neste caso do BES e dos *Panama Papers*, a comunicação social está a mostrar que também sabe ser lenta e até mais lenta do que a Justiça...

Assim é que, segundo o *Expresso* divulgou, nos *Panama Papers* existia uma lista de jornalistas avençados pelo BES e que tal lista foi entregue ao Ministério Público. Ao longo dos anos, o Sindicato dos Jornalistas, para defender a honra e bom nome da profissão, tem solicitado ao *Expresso* a divulgação dessas ovelhas transviadas, mas sem êxito. Em 28 de Abril de 2016, a SIC dava conta que *"a direcção do Expresso esclareceu hoje que os nomes dos jornalistas envolvidos numa investigação judicial relacionada com o designado 'saco azul do GES' só serão revelados quando o trabalho de investigação estiver concluído, 'mas nunca antes disso'"*, mais acrescentando que *"Pedro Santos Guerreiro refere que 'informar com rigor não é publicar listas de nomes mesmo quando a existência dessa lista esteja confirmada, é analisá-los um a um e fugir à gratuitidade (e irresponsabilidade) de simplesmente arrolar nomes" e "o Expresso não deixa que os seus critérios editoriais sejam alterados por pressões"* e que, *"como sempre fizemos até aqui, a informação será publicada no momento em que o trabalho de investigação estiver concluído, ainda que isso implique sujeitar-nos à análise crítica de alguns, que respeitamos, mas que não nos condiciona"*.

Não será a altura de o *Expresso* dar por concluída a investigação e informar-nos devidamente sobre esta matéria?



Acabada agora a investigação criminal do caso BES, parece claro que o Ministério Público não descortinou qualquer actuação criminal por parte dos jornalistas constantes da lista dos avençados que foi entregue pelo *Expresso*, uma vez que não são referidos na acusação. Muito provavelmente os seus ilícitos serão disciplinares e deontológicos, matérias de que não cuida o Ministério Público. Parece, no entanto, lícito perguntar: não será a altura de o jornal *Expresso* dar por concluída a sua investigação e informar-nos devidamente sobre esta matéria? A bem da informação.

Advogado. Escreve à sexta-feira

"Público" 24 julho 2020